

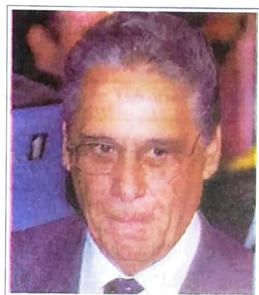
Pactu

Órgão oficial de informação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí,
Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

ANO III - Nº 30 - junho/99

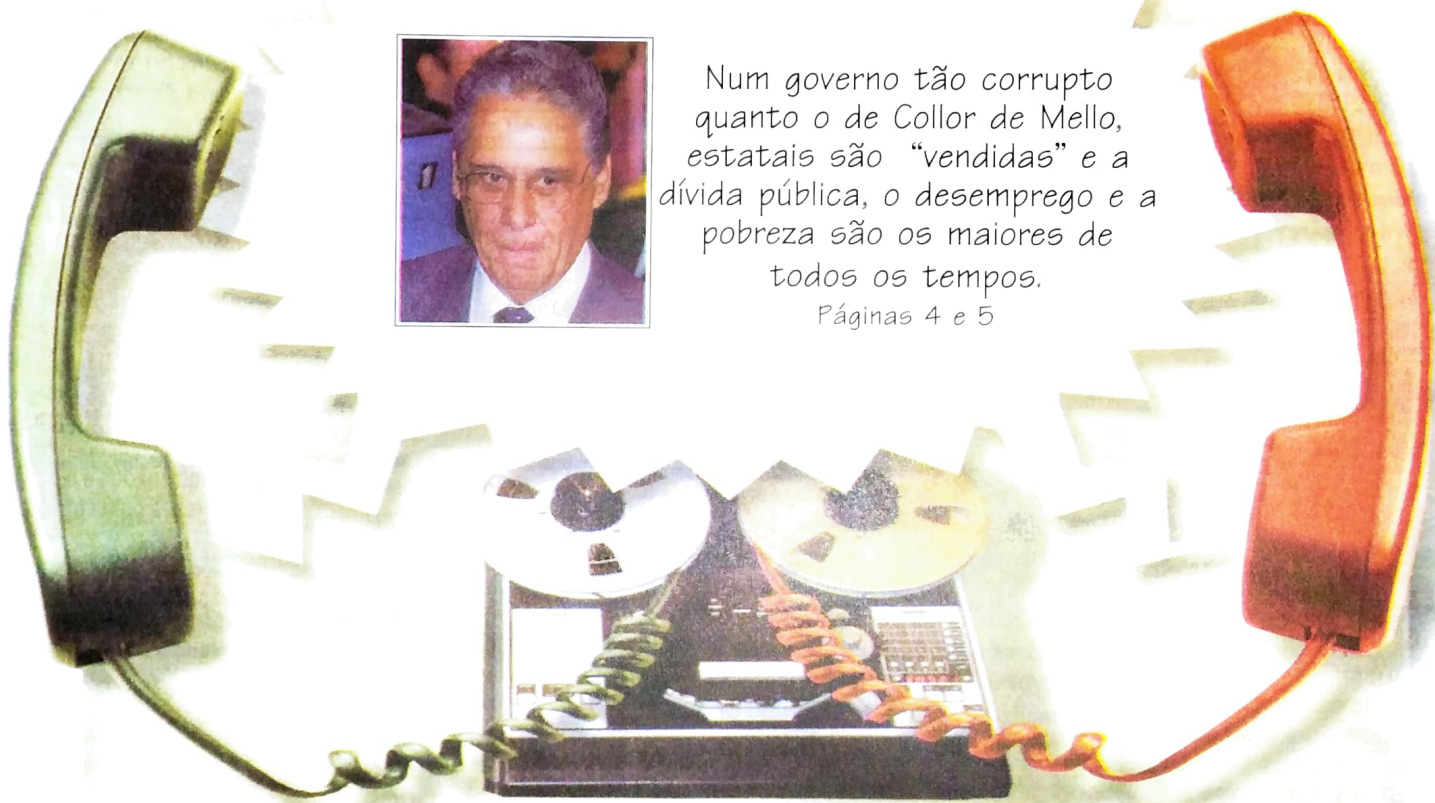
fetec CUT Brasil
CNB - Sindicato Nacional

Leilão da Telebrás revelou como se doa uma estatal



Num governo tão corrupto quanto o de Collor de Mello, estatais são "vendidas" e a dívida pública, o desemprego e a pobreza são os maiores de todos os tempos.

Páginas 4 e 5



*Campanha
começou com
seminários e
paralisações
em bancos*

Página 2



- Greve no HSBC faz voltar auxílio educação Página 3
- Juiz quer bancos abrindo das 9h às 17h Página 6
- Rumo ao Sindicato Regional dos Bancários Página 7
- A quem pertence a Terra Página 8

Campanha salarial vai exigir criatividade do sindicato e participação dos bancários

Num clima de indignação com um governo acusado de todo tipo de corrupção, como a do Banco Central favorecendo bancos privados, é que os bancários vão enfrentar a campanha salarial deste ano.

A campanha salarial já teve início com o seminário de planejamento, realizado pela Executiva Nacional dos Bancários nos dias 20 e 21 de maio, em Belo Horizonte. Além dos seminários de bancos que já foram realizados, como HSBC, Bradesco, Itaú, Unibanco e outros que estão agendados para acontecer.

No planejamento da Executiva ficou a avaliação de que será de novo uma campanha difícil. Recessão econômica, desemprego crescente e legislação favorável a banqueiros, são algumas das dificuldades da campanha, o que vai exigir muita criatividade dos sindicatos e uma maior participação dos bancários.

Para a CNB/CUT, os pontos mais importantes a serem reivindicados nesta campanha são: emprego, salário, segurança, saúde, edu-



Sindicalistas do Itaú e do Unibanco participaram de seminário da Campanha Salarial

Para a Executiva Nacional, será de novo uma campanha muito difícil

cação e defesa dos bancos públicos.

O Seminário aponta para os dias 16 e 17 de julho a realização da I Conferência Nacional de Trabalhadores no Sistema Financeiro (nova denominação do Encontro Nacional dos Bancários) para a unificação dos temários discutidos em assembléias e conferências estaduais. Já os encontros regionais deverão ser realizados até o dia 7 de julho. De 18/07 a 02/08 deverão ser realizadas as assembléias para aprovação da minuta, que será entregue no dia 03/08 à Fenaban.

A Plenária da Fetec-Pr aconteceu nos dias 25 e 26 de junho. Além de avaliar as

últimas negociações, a plenária debateu perspectivas para a campanha deste ano, dentro dos temas propostos pela Executiva Nacional. Entre eles, os mais importantes são: índice de reajuste e mecanismo de proteção salarial, garantia de emprego, defesa da jornada de seis horas, segurança dos bancários nos locais de trabalho, participação nos lucros e produtividade, saúde e condições de trabalho, terceirização, extrapolação da jornada de trabalho e jornadas especiais, organização nos locais de trabalho, auxílio educação e defesa dos bancos públicos, além de eleger representantes do Paraná na Executiva Nacional dos Bancários e nas comissões de bancos.

Emprego, segurança, saúde e educação serão as principais reivindicações

Para o **PACTU**, essas mobilizações fortalecem a campanha salarial nacional, que de forma globalizada tem reivindicações semelhantes.

BANCOS PÚBLICOS

No período de 22 a 25 de julho, em São Paulo, estará acontecendo o I Congresso Unificado dos Bancos Públicos.

O objetivo é articular a resistência dos bancos públicos, reforçando o trabalho que já vem sendo realizado pelo Comitê Nacional, contra a proposta de privatização destas empresas, principalmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

SEMINÁRIOS DE BANCOS

Já foram realizados os seminários dos bancos HSBC, Bradesco, Itaú, Unibanco e encontro estadual dos funcionários da CEF.

Segurança dos bancários

Opala preto, motor ligado, revólver na nuca, sangue, feridos e mortos, era a cena da maioria dos assaltos a banco. A implantação de portas de segurança, circuito interno de TV, e segurança armada nos bancos, é uma conquista do Movimento Sindical para os bancários. Entretanto os marginais impedidos por esta segurança, criam novas modalidades de assaltos. O principal deles envolve diretamente a família. É o assalto que começa na residência do gerente, ou tesoureiro. Prendem a família num quarto, espalham gasolina e bombas, ameaçam tocar fogo caso algo de errado aconteça. Enquanto outros vão até banco buscar o dinheiro. Assalto parecido com este aconteceu e maio deste anso, no Banestado de Guarapuava, onde pessoas abordaram o tesoureiro na garagem do seu apartamento, ameaçaram sua família e na agência deixaram funcionários e gerentes presos num cofre após pegarem aproximadamente R\$ 300 mil. Esse tipo de assalto deixa bancário e família traumatizados. Com as instalações do aparato de segurança nos grandes centros, aumentaram os assaltos em cidades do interior, especialmente as desprovidas de segurança. A diretoria do **PACTU** continua as reivindicações junto aos bancos, por uma melhor segurança dos bancários. Orienta os bancários a exigirem carro blindado e segurança especializada ao transportar valores. Orienta também que na ocorrência de assalto, comunicar imediatamente o sindicato e exigir a emissão da CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho).

Pactu

Publicação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

Conselho Editorial

Neil E. Júnior (Paranavai) (044) 423-3402- Nivaldo Simoni (C. Mourão) (044) 823-3492 - Valtair C. Apolinário (Toledo) (045) 252-1851 - Wilson de Souza (Umuarama/Assis Chateaubriand) (044) 622-1979 - Elói Myszka (Guarapuava) (042) 723-1371.

Jornalista: Joel Guedes

Gráfica São Paulo (044) 622-4787
Tiragem: 3 400 exemplares

Pressão faz HSBC recuar

A pressão foi a arma utilizada pela categoria para quebrar a intransigência do HSBC. O banco recuou e vai retomar a concessão da bolsa educacional a seus funcionários. Esse foi o principal avanço conquistado durante a rodada de negociação, do dia 17/06, entre a Comissão dos funcionários e a direção do banco. A reunião foi marcada durante as atividades de protesto em Curitiba, no dia 08/06, que paralisaram as agências Palácio Avenida e Marechal Deodoro e ainda a presidência do HSBC. Na negociação, foram discutidos os seguintes pontos:

Bolsa Educação – O banco se comprometeu a retomar com o benefício já no próximo ano. Segundo o banco, serão observados alguns critérios que já existiam. Entre eles: as faculdades têm de ter aprovação positiva do MEC e da empresa "Consul",

contratada pelo banco. Para os bancários que já tinham o benefício e que se enquadrem nos novos critérios fica garantido o retorno do pagamento.

Uniforme – Novamente, o banco afirmou que não é uniforme e que não é obrigatório. A Comissão de

Empresa não concordou com esta posição do banco e vai, na justiça, tentar garantir o cumprimento da Convenção Coletiva.

Saúde – A direção do HSBC se comprometeu a aprofundar a discussão sobre o tema.

Seguro Saúde – O

O PACTU presidente na paralisação do HSBC em Curitiba



plano de saúde sofrerá alteração para se adequar a nova regulamentação. O banco informou na reunião que

continuará custeando 75% da apólice. A Comissão de Empresa afirmou ser contra aumento da mensalidade.

Greve no Bradesco abre negociação

Depois da mobilização do HSBC, que deu resultado, dia 23/06 foi a vez do Dia Nacional de Luta dos funcionários do Bradesco, paralisando as agências nas principais cidades brasileiras, e quebrou a intransigência da direção do banco forçando a empresa a marcar negociação com a categoria. Na reunião do dia 25/06 entre a Comissão de Empresa do Bradesco e repre-

sentantes do banco, não houve acordo sobre a diversas cláusulas que compõem a minuta.



Paralisações no Bradesco têm resolvido campanhas anteriores

Ambas as partes concordaram em debater cada tema em reuniões específicas. O cronograma de reuniões que priorizará os eixos da campanha é o seguinte: auxílio educação 15/07; isenção de tarifas bancárias para os funcionários 22/07; inclusão do cônjuge no convênio médico 29/07; cláusulas de saúde e sociais 05/08 e cláusulas econômicas 12/08.

Foi estabelecido que o banco

sentar as respostas às reivindicações da categoria.

BB E O BANCO DE HORAS

Sindicato exige cumprimento



PACTU na reunião cobrando o Banco de Horas

Em reunião com representantes do movimento sindical, a superintendência do Banco do Brasil no Paraná recebeu reclamação da categoria sobre o descumprimento da cláusula 7ª do Acordo Coletivo, que trata do Banco de Horas. No diálogo foram enfocados também os problemas de saúde ocasionados por excesso de jornada; a pressão sofrida pelo funcionalismo para a venda de produtos e atingimentos de metas; anotações na folha-ponto não condizentes com a totalidade de horas extras efetivamente prestadas e, ainda, a questão da segurança bancária. Sobre o Banco de Horas, os representantes do funcionalismo argumentaram que houve registro, no Paraná, de 4.239 horas-extras registradas no Banco de Horas e outras 7.240 pagas pelo banco. Para o movimento sindical, estes números estão muito abaixo da realidade vivenciada nas agências. O superintendente João Carlos de Mattos reconheceu que existe extrapolação de jornada e assumiu compromisso de reforçar orientação às administrações para correta aplicação do Banco de Horas.

Em defesa dos bancos públicos

O desenvolvimento econômico e social do país, amparado em princípios de justiça social e distribuição de renda, deve ser uma prioridade real do governo e da sociedade. O apoio à micro e pequena empresa, à reforma agrária, à produção agrícola, ao desenvolvimento das regiões e municípios carentes, aos programas de geração de emprego e renda, aos programas de pesquisa que permitam um desenvolvimento autônomo e sustentável, aos programas habitacionais abrangentes, a obras de infra-estrutura urbana urgentes. Tudo isto exige uma ação consciente e enérgica do poder público.

FHC tem utilizado métodos inescrupulosos para destruir o patrimônio

ral, BNB, Basa e Banespa para, com apoio da CUT e das entidades sindicais e trabalhadores, lutar contra a intenção do governo FHC de privatizar estas instituições.

O Comitê decidiu encaminhar Proposta de Emenda Constitucional e Projeto de Lei visando impedir a privatização dos bancos públicos, além da

Petrobrás e dos Correios. O ingresso dessas medidas no Congresso Nacional está sendo articulado por partidos de oposição que apoiam o Comitê Nacional.

Mas isto só não basta. É necessária uma grande pressão das lideranças sindicais, dos trabalhadores e da sociedade em geral, visando criar resistência e dar suporte popular para que a Emenda Constitucional e o Pro-

jeto de Lei sejam aprovados no Congresso. O governo FHC tem o apoio da maioria dos congressistas, com quem troca favores e conchavos.

Desde o início das privatizações, FHC e sua equipe têm utilizado métodos inescrupulosos para destruir o patrimônio público nacional, utilizando até mesmo dinheiro do Tesouro Nacional para financiar a compra de estatais por grupos privados. Portanto, este é o momento de intensificar a mobilização contra as pretensões neoliberais e impedir que FHC destrua o pouco que resta do patrimônio nacional. A privatização dos bancos públicos, principalmente o BB e a CEF, vai significar menos dinheiro para a agricultura, para o micro e pequeno empresário, para a habitação.

Além disso, milhares de postos de trabalho certamente serão eliminados.

Privatiza

O preço de um

A febre da privatização e o impulso ao chamado neoliberalismo teve seu ponto de partida na Inglaterra, nos anos 80, com a primeira-ministra Margaret Thatcher. Mas mesmo a dama de ferro fez tudo diferente do governo brasileiro, a partir de Fernando Collor de Mello: a privatização inglesa não representou a doação de empresas estatais, a preços baixos, a poucos grupos empresariais, como ocorreu e ainda está ocorrendo no Brasil.

O governo inglês trilhou um caminho diferente, pois o objetivo foi exatamente a pulverização das ações, ou seja, houve a preocupação de democratizar, garantindo desta forma a distribuição do patrimônio nacional.

No Brasil, Collor deu a lar-

gada nas privatizações, com a venda da Usiminas, em janeiro de 91. A partir de então, até FHC, o patrimônio nacional vem sendo torrado e o povo duplamente lesado: as empresas estatais são vendidas a preço de banana e o governo ainda financia os "compradores" com dinheiro público.

No Brasil, ao contrário do que ocorreu na Inglaterra e em outros países europeus, a privatização teve uma justificativa diferente. Para o governo, empresa pública representa monopólio, dificuldades de gestão por exigir atenção do governo e disputa de cargos entre políticos.

Na campanha de desmoralização das estatais, os meios de comunicação foram um forte aliado do governo.

aliado do governo.

A experiência de outros países mostra que essa argumentação é falsa. O governo brasileiro preferiu agir com autoritarismo, transferindo o patrimônio público acumulado ao longo de anos a poucos grupos empresariais que nem sequer tinham dinheiro para pagar ao Tesouro. De Collor a FHC, os partidos de oposição, o movimento sindical e os movimentos populares não se calaram diante da destruição do patrimônio público.

Organizaram manifestações e protestos em frente Bolsas de Valores, no Congresso em Brasília, mas o governo, antes e agora, sempre teve ao seu lado uma poderosa tropa de choque: no Congresso os governistas sempre derrotaram qualquer tentativa de articulação da oposição e nas ruas a polícia reprimiu qualquer manifestação contrária aos interesses neoliberais.

FHC promove uma ação entre amigos que fere a Constituição e destrói o patrimônio nacional

governista trilhou um caminho diferente, pois o objetivo foi exatamente a pulverização das ações, ou seja, houve a preocupação de democratizar, garantindo desta forma a distribuição do patrimônio nacional.

No Brasil, Collor deu a lar-

E o dinheiro dessas privatizações, onde foi parar?

O governo repete insistentemente que a União e os estados arrecadaram 68,7 bilhões de reais com a venda de estatais, até dezembro de 98, e que a esse valor é preciso somar ainda outros 16,5 bilhões de reais representados pelas dívidas transferidas para os compradores. Mas esse argumento é um blefe, por vários motivos:

DÍVIDAS ENGOLIDAS: Já que o governo calcula os juros economizados, por que não calcula também os juros que passou a pagar sobre as dívidas "engolidas"? Quem é sério usa esse critério.

DÍVIDAS DUPLAS: Na verdade, no caso das dívidas transferidas o cálculo de juros seria um procedimento incorreto. Por quê? Com as tarifas e preços reajustados, com financiamentos a juros favoráveis, com novos incentivos, as estatais – mesmo se tivessem permanecido nessa condição – também seriam lucrativas. Pagariam suas dívidas. Com a venda, ocorreu o contrário: o governo perdeu suas fontes de renda e "engoliu" as dívidas e os juros que será forçado a pagar com dinheiro do Tesouro, isto é, do contribuinte.

DIVIDENDOS: Tão meticulosos em calcular os juros "economizados", os técnicos do governo se esquecem de incluir três outros dados nessas contas. Primeiro: os lucros que as principais estatais sempre apresentaram e, que teriam de ser subtraídos – se os cálculos fossem feitos com honestidade – dos pagamentos de juros, divulgados pelo governo. Segundo: os dividendos que eram distribuídos ao tesouro pela estatais. Terceiro: a valorização futura das ações das estatais nas bolsas. Na verdade, o governo torrou o patrimônio nacional e o país não viu a cor do dinheiro.

As dívidas interna e externa continuam crescendo. Em resumo, os interesses neoliberais foram atendidos e o Brasil está cada vez mais pobre.

Empresas privatizadas

A onda de privatizações não poupou nem mesmo empresas de importância estratégica para o país, a começar pela Usiminas (91), Embraer, até a Vale do Rio Doce (97) e o Sistema Telebrás (99). Abaixo, as principais privatizações federais e estaduais e o preço pela cotação do dólar no dia da venda:

Telesp	4,96 bilhão
Vale do Rio Doce	3,13 bilhão
Telesp Celular	3,07 bilhão
CPFL (energia/SP)	3,01 bilhão
Tele Norte Leste	2,94 bilhão
Light (RJ/distribuidora)	2,35 bilhão
Embratel	2,27 bilhão
Usiminas	1,94 bilhão
Eletropaulo	1,77 bilhão
Tele Centro Sul	1,77 bilhão
Coelba (energia/Bahia)	1,60 bilhão
CEEE (energia/RS)	1,48 bilhão
Companhia Siderúrgica Nacional	1,49 bilhão
CEE Centro Oeste (energia)	1,37 bilhão
Tele Sudoeste Celular	1,36 bilhão
Cemig (energia MG)	1,05 bilhão
Copesul (petroquímica)	861 milhões
Rede Ferroviária Federal-Sudoeste	870 milhões
Telemig Celular	750 milhões
Cachoeira Dourada (energia/Goiás)	710 milhões
Tele Celular Sul	700 milhões
CTR (tele/RS)	660 milhões
Tele Nordeste Celular	660 milhões
Cosern (energia/RN)	600 milhões
Açominas	600 milhões
Cosipa	590 milhões
CERJ (energia/RJ)	590 milhões
Enersul	570 milhões
Energipe (energia/Sergipe)	520 milhões
Acesita (siderurgia)	460 milhões
Tele Centro Oeste Celular	440 milhões
CEG	430 milhões
Tele Leste Celular	430 milhões
Escelsa (energia/ES)	430 milhões
Cemat (energia/Mato Grosso)	350 milhões
Rede Ferroviária-Centro Leste	320 milhões
Banerj	290 milhões
PQU (petroquímica)	290 milhões
Metró RJ	260 milhões
Copene (petroquímica)	270 milhões
Porto de Santos	251 milhões
Banco Meridional	240 milhões
Petroflex	230 milhões
Rede Ferroviária-Sul	210 milhões
Ultrafertil	205 milhões
Embraer	190 milhões
Fosfertil	180 milhões
Salgema (petroquímica)	140 milhões

Partidos de oposição, o movimento sindical e outros segmentos progressistas da sociedade continuam lutando na tentativa de impedir que o impulso neoliberalista destrua o pouco que ainda resta do patrimônio público nacional: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás.

A desmoralização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal perante a opinião pública foi uma das operações de manipulação mais maquiavelmente montadas pelo governo FHC. Mas o governo quer ir mais longe, quer privatizar também a Petrobrás, setor estratégico para o desenvolvimento econômico do país e, para isto, já conseguiu que o Congresso acabasse com o monopólio estatal na exploração de petróleo. Agora, com base na nova lei, FHC já providenciou "parcerias" para a Petrobrás, isto é, sócios estrangeiros e nacionais que passarão a investir, junto com a empresa estatal, em pesquisa de exploração de petróleo. E não é só isto: o governo FHC também "tomou" da Petrobrás áreas em que ela havia descoberto petróleo, ou indícios de petróleo, para entregá-las a empresas multinacionais, por meio de licitações. Ou seja, FHC está jogando o ouro nas mãos do bandido. Até agora o movimento sindical, os partidos de oposição e outros movimentos populares têm se mobilizado contra a destruição do patrimônio nacional. Mas está comprovado que isto só não basta. É preciso mais união e fundamentalmente a participação de cada cidadão, proprietário legítimo desse patrimônio que está sendo entregue ao capital especulativo. Com resistência, mobilização e muita pressão sobre o governo e o Congresso é possível salvar o que resta.

ações: patrimônio

Grampo mostra como se entrega uma estatal

Os diálogos grampeados revelam que o governo FHC agiu no limite da irresponsabilidade



Sempre houve interferência do governo na tentativa de favorecer grupos privados nos leilões das empresas estatais? Se houve, isto não veio a público. O fato é que um grampo telefônico no BNDES dias antes do leilão das empresas do Sistema Telebrás, flagrou

conversas envolvendo diretores daquela instituição, do Banco do Brasil, ministro, donos de banco e o próprio FHC numa manobra para pressionar a Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB) a favorecer um grupo privado no leilão da Telebrás, revela que a corrupção

chegou a níveis alarmantes no governo FHC. E mais: a estreita relação entre banqueiros e o governo confirma uma vocação de FHC para favorecimento explícito a grupos econômicos alinhados com sua proposta travestida de "modernidade".

A oposição já busca o impeachment, depois da publicação das conversas grampeadas entre os agentes na privatização da Telebrás. Ilegal ou não — governo e grande imprensa tem se apoiado nesse argumento como forma de abafar a possibilidade de impeachment — os diálogos grampeados revelam uma relação "íntima" entre o Banco Opportunity,

ligado ao senador Antônio Carlos Magalhães e o alto escalão do BNDES em monumental esforço para garantir sua fatia na privatização das teles.

Almoçaram, jantaram, riram, chamaram um ao outro de "babaca", ganharam cartas de fiança de bancos estatais para disputar fatia do antigo sistema Telebrás. "no limite da irresponsabilidade" como o próprio presidente do BNDES assume em conversa com o presidente.

Compraram um patrimônio público com dinheiro público. Esse é o conceito neoliberal de FHC.

País leva o maior calote

O governo diz que arrecadou 85,2 bilhões de reais com as privatizações. Mas as contas "escondidas" mostram que há um valor maior, de 87,6 bilhões de reais, a ser descontado daquela "entrada de caixa". Nesse levantamento falta calcular gastos com demissões, perdas de IR, perda dos lucros das estatais privatizadas e outros prejuízos. O balanço mostra que o Brasil "torrou" suas estatais e não houve redução alguma na dívida interna. Ao contrário, aumentaram os problemas sociais, como o desemprego.

A) - Vendas de estatais a prazo	14,8 bi
B) - Dívidas que o governo "engoliu"	16,1 bi
C) - Juros de 15% sobre dívidas "engolidas"	8,7 bi
D) - Invest. antes das privatizações	28,5 bi
E) - Juros sobre esses investimentos	8,9 bi
F) - Moedas podres usadas	8,9 bi
G) - Dinheiro deixado aos "compradores"	1,7 bi
H) - Demissões que o governo fez para livrar os "compradores" de pagamento de indenizações e direitos trabalhistas:	INCALCULÁVEL

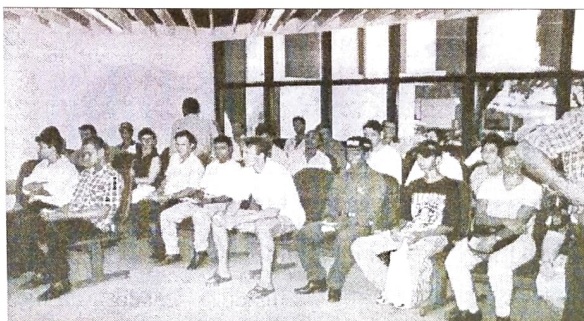
E MAIS:

- _ Compromissos com fundos de pensão e aposentados que o governo "engoliu"
- _ Perdas no Imposto de Renda
- _ Lucro das antigas estatais que o governo deixou de receber
- _ Prejuízo com os empréstimos (juros subsidiados concedidos aos "compradores").

JUIZ OBRIGA BANCOS ABRIREM DAS 9 ÀS 17 HORAS

A fixação de horário bancário relaciona inequivocamente com a vida diuturna dos cidadãos. A existência de lei federal não impede que municípios fixem um horário mais compatível com a realidade local".

O argumento acima é do juiz Ingo Wolfgang, da 5ª Vara da Fazenda Pública, de Porto Alegre, não acatando o mandado de segurança impetrado pelos banqueiros, questionando lei sancionada pelo prefeito de Porto Alegre Raul Pont (PT), que obriga os bancos daquela cidade atender ao público das 9 às 17 horas. A lei sancionada é de autoria do vereador Nereu



9 às 17h: melhor atendimento e mais emprego

D.Ávila (PDT), e contou com apoio do Sindicato dos Bancários local.

Para Neil Emídio Júnior, diretor do PACTU na região de Paranavai a "decisão mos-

tra até o momento que, em Porto Alegre, Legislativo, Executivo e Judiciário estão sensíveis aos problemas sociais dos brasileiros, pois o turno das 9 às 17 horas, beneficia

comércio, indústria, setor de serviços e principalmente os usuários e clientes da área rural, e obriga os bancos a criarem dois turnos de serviços, com mais emprego, que é uma das calamidades produzidas no atual governo de Fernando Henrique".

Em Umuarama, um projeto de lei de autoria do diretor Pactu e também vereador Osni Miguel Santana (PT), foi aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo ex-prefeito, se encontra tramitando na Justiça, com uma liminar em favor dos banqueiros, argumentando que funcionamento de banco não pode ser regido por lei municipal.

Vale lembrar que o prefeito da época não questionou a liminar da Febraban. Para Mirna Loy Labre, diretora do PACTU na região de Campo Mourão, "com um pouquinho de pressão da população que usa banco, o Congresso Nacional poderia se sensibilizar e obrigar os bancos a darem um atendimento digno à população. Não é por que eles (banqueiros) financiaram a campanha eleitoral de FHC, que podem ficar dando esse péssimo atendimento e ficar imune ao código de defesa do consumidor".

Ainda para Mirna, é preciso acabar com esse privilégio de banqueiros no Brasil.

Lerner imita FHC

O governo Jaime Lerner é uma imitação da política neoliberal de FHC. Viola os direitos humanos, persegue trabalhadores rurais sem-terra, tira dinheiro da educação e da saúde para dar às montadoras, não pune a violência no campo, cerceia a liberdade de imprensa, prejudica o trabalho do movimento sindical e desmonta o patrimônio público paranaense. Há vários exemplos da vergonha que se transformou a administração estadual, que vão desde a violação dos direitos humanos dos trabalhadores, como ocorre atualmente com os sem terra, que vem sendo expulsos de seus acampamentos em fazendas improdutivas, até o desmonte completo do patrimônio estadual. Lerner está acabando com a estrutura da saúde e da educação e prepara a privatização de empresas estratégicas para o Estado, como o Banestado, a Copel e a Sanepar. Se por um lado Lerner não corresponde aos anseios da população, por outro joga baixo contra quem tenta impedir sua política neoliberal a la FHC. O movimento sindical tem sofrido constantes perseguições do governador.

O Sindicato dos Servidores Públicos do Paraná teve a contribuição sindical bloqueada por Lerner, que também contra-atacou os professores quando o Sindicato da categoria iniciou uma série de denúncias sobre o desmonte que o governo Lerner faz no ensino público estadual. Essas e outras mostram a postura de Lerner, que tem seguido à risca a política neoliberal ditada por FHC e pelos agiotas nacionais e internacionais.

LEI "TOBIN"

Pobreza pode ser erradicada com imposto sobre fortunas

A combinação de falta de emprego e a inércia governamental para gerar novos postos de trabalho, trouxe também um efeito terrível para a renda do trabalhador. Para amenizar esta situação, foi lançada em Brasília a Frente Parlamentar em defesa da criação do imposto internacional sobre transações financeiras especulativas, conhecida como "taxa Tobin". A frente é composta por 129 parlamentares de diversos partidos. A "taxa Tobin" é uma proposta feita pelo prêmio Nobel de Economia, de 1981, James Tobin, onde os recursos provenientes de transações internacionais seriam utilizados para a erradicação da pobreza em nível mundial. Para que a "taxa Tobin" passe a existir, é necessário vontade política, principalmente do Congresso Nacional. Segundo o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP), que faz parte da coordenação da Frente

Parlamentar, o primeiro passo é tornar a proposta de conhecimento público. A taxa "Tobin" é um bom paliativo. O importante seria ter um presidente ou um Congresso Nacional que não compactuasse com o neoliberalismo brasileiro, que só aumenta a pobreza.

Igrejas pedem perdão da dívida

O Conselho de Igrejas Cristãs do Brasil, composto pelas igrejas Católica, Anglicana, Luterana, Metodista, Prebiteriana Independente e Unida e Ortodoxa Siriana, que participaram da 3ª Semana Social Brasileira, centraram sua discussão no tema "Dívidas Internas e Externas do Brasil". Para essas igrejas, os cidadãos ocupados no seu cotidiano, com a árdua luta pela sobrevivência, intimados pela ameaça do desemprego e com uma forte propaganda oficial através dos meios de comunicação que consideram esse tema resolvido, não percebem como é nefasta este complicado tema. Para as igrejas, este é um assunto essencial para o desenvolvimento futuro dos países pobres. E, por isto, consideram fundamental o esforço para que os países ricos perdoem dívidas dos países pobres, entre eles o Brasil.

Paranavai cria Centro de Direitos Humanos

Uma reunião realizada no dia 28 de maio marcou a criação do Centro de Direitos Humanos do município. O SEEB de Paranavai é uma das 23 entidades do município que há quase dois meses vêm discutindo a criação do Centro, com apoio do Movimento Estadual dos Direitos Humanos. O passo mais importante até agora foi a formação de uma Comissão Executiva que tem um prazo de 60 dias para preparar o estatuto e convocar uma assembléia geral para aprovação.

O objetivo do CDH é ser um centro de debates, de discussões e denúncias visando a proteção dos direitos e dignidade das pessoas. Principal-

mente da grande maioria de desamparados, vítimas de nefastas políticas macroeconômicas do país, que trouxeram miséria e desemprego. Numa região que vive hoje um conflito violento na luta pela reforma agrária, consequência da grande concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, resultando em muita violência contra os trabalhadores sem terra, o CDH de

Paranavai será uma referência importante na discussão do papel do Estado e os direitos humanos.

Neste sentido e tendo ainda como parâmetro a atuação do Movimento Estadual pelos Direitos Humanos, várias ati-

vidades poderão ser desenvolvidas, tais como: garantia de liberdade de expressão, luta contra o trabalho escravo, principalmente quando envolve crianças, luta contra a impunidade, a erradicação do analfabetismo, a assistência judiciária às pessoas de baixa renda, os programas de renda mínima, o direito de geração de emprego e oportunidades para todos, o combate a fome, assistência à saúde e muitos outros.

Para criar um Centro de Direitos Humanos basta vontade. É preciso que os movimentos populares se mobilizem, busquem apoio do Conselho Estadual de Direitos Humanos e dêem a largada na criação dos centros locais. Na base do PACTU há conselhos criados e funcionando em Umuarama, Paranavai, Guarapuava, Toledo e Campo Mourão.

Objetivo do CDH é lutar pelo direito à cidadania

Unificação

Sindicato Regional cada vez mais próximo

Em quase todo o mundo do setor econômico forte, como bancos por exemplo, se fundem e viram megapotência no seu ramo de atuação. Na Europa, países como a Alemanha que já tinha uma distribuição de renda mais igualitária devido a autonomia da sua organização sindical, recentemente unificaram vários sindicatos grandes, criando um me-

Um sindicalismo forte para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores

Brasil resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), organismo da ONU, da qual o Brasil participou como signatário e nunca ratificou de fato no conjunto das leis trabalhistas brasileiras. Essas resoluções impedem demissão sem justo motivo (econômico, por exem-

plô), permitem organização no local de trabalho, e permitem também a organização dos trabalhadores em sindicatos de várias formas (por categoria, por ramo de atividade, por empresa, local, regional, nacional, etc), suspendem taxas compulsórias e a interferência de governos (judiciário) nos contratos coletivos é mínima quando não nulas.

A CUT, que tenta

implementar este projeto, vem orientando em suas instâncias de deliberações a fusão de sindicatos pequenos e, paralelamente, faz um trabalho junto ao Congresso Nacional para que se modifique as leis da estrutura sindical brasileira, tendo como base as resoluções da OIT.

No último congresso da Fetec (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná), deliberou-se pela formação de quatro sindicatos regionais de bancários no Paraná. Os sindicatos do PACTU, que já vêm trabalhando unificado há quatro anos, estão dando um passo mais à frente e vão fundar ainda neste ano um sindicato regional dos trabalhadores no sistema financeiro nas regiões Oeste/Noroeste do Paraná.



Última reunião do Conselho Político, em Toledo

A forma de como será composto o sistema diretivo, estrutura, sustentação financeira, sede, base e outras providências necessárias a um sindicato democrático e de ramo, estão sendo finalizados no projeto do estatuto, que está sendo elaborado pelo Conselho Político do PACTU.

Para Edilson José Gabriel, coordenador do Conselho Político, "os motivos e os objetivos são os mesmos da CUT, ou seja, um sindicalismo autônomo, forte, democrático e com maior poder de interferência política na luta para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do sistema financeiro".

TOLEDO



TUNEL DO TEMPO - Aproveitando a confraternização, o SEEB de Toledo montou uma exposição com 250 fotos, que mostram a história do Sindicato. Os associados que aparecem nas fotos (com exceção de diretores) e que estavam na festa receberam brindes. As fotos mais marcantes foram as das greves dos bancários de 1986 e 1987.

Confraternização - No dia 12 de junho (Dia dos Namorados) o Sindicato dos Bancários de Toledo realizou uma confraternização na Associação dos funcionários da Caixa. Teve atividades como truco, canastra, Pimbolim, sinuca misto, que aliás foi um sucesso. As crianças gostaram das brincadeiras coordenada pelo SESC. Entre associados e familiares participaram 240 pessoas. Devido ao sucesso da promoção, a diretoria pretende estender as atividades para as cidades de Palotina e Marechal C. Rondon.

CURSOS - Os diretores do PACTU em Toledo, Lúcia Brentano Vogt, Gilmar Córrea da Cunha, Zelário Bremm, Apolinário, Marcelo e Rosali estão fazendo cursos de Formadores e OLT (Organização no Local de Trabalho) promovidos pela Escola Sul da CUT. O objetivo é ter companheiros preparados para ministrar cursos na região, nas áreas de economia, conjuntura política, estrutura e organização sindical e outros assuntos relacionados ao dia-a-dia dos trabalhadores.

PROFESSORES - Por defender uma escola gratuita, universal e de qualidade, que o Lerner quer acabar, os Sindicatos do PACTU estão apoiando efetivamente a luta dos professores por melhores salários, melhores condições de trabalho e por um ensino de maior qualidade.

Confraternização reuniu bancários em Assis



No dia 13/06, o Sindicato dos Bancários de Umuarama/Assis Chateaubriand promoveu confraternização dirigida aos bancários e familiares, na subsede de Assis Chateaubriand.

Teve bingo de vários prêmios doados pelo comércio de Assis, entre eles uma bicicleta, que a subsede já tinha ganho em sorteio por ocasião do pagamento do IPTU. A animação ficou por conta do pedagogo animador cultural de Assis, Genivaldo Garbeline.

FHC usa Banco da Terra para comprar áreas improdutivas a preço de ouro

Terra, de quem e para quem?

Para alguns cientistas, ela surgiu da explosão de uma grande estrela. Para a grande maioria da humanidade, seja ele cristão, judeu, islâmico ou qualquer outra religião, foi Deus quem fez a terra para a sobrevivência do homem.

Para os cristãos, católicos ou não, foi no terceiro dia da criação do mundo (Gênesis: Cap.1, Ver. 9-13) que Deus fez a Terra. Ainda em Gênesis (Cap.1, Ver.17), Deus ordena que o homem "...tirará dela (da terra), com trabalhos penosos, o teu sustento todos os dias de tua vida".

E a terra tem sido motivo de grandes guerras desde os tempos mais remotos. Uns

poucos querendo ela para acumular riqueza e poder e a maioria querendo um pedaço de terra para sobreviver. Até o descobrimento do Brasil, a terra era usada pelos índios para sua sobrevivência. Após, começou a exploração da terra.

A terra tem sido motivo de grandes guerras desde os tempos mais remotos

Com objetivo de evitar invasões estrangeiras, no século XVI, D. João III implantou as capitâncias hereditárias

no Brasil, repartindo entre grandes famílias, amigas do Rei. Cinco séculos depois, com raras exceções, a terra no Brasil continua sendo explorada pelos amigos do Rei.

No Brasil, desde seu descobrimento, quem se atreveu a fazer uma reforma agrária foi tido como comunista, agitadores, salti-



TRABALHO E PRODUÇÃO

Sem terra trabalhando em lavoura de arroz num dos acampamentos do Noroeste. Mostram que a reforma agrária, para gerar trabalho e produção, não necessita do Banco da Terra como quer FHC, mas depende de vontade política, ou seja, de um governo mais preocupado com a questão agrária e menos envolvido com interesses de banqueiros e latifundiários

ador do patrimônio alheio. Nesses 500 anos de Brasil (império e República), nenhum governo se deu conta que a terra foi mal distribuída e carece de uma reforma agrária que gere auto-sustentação em alimentos para o povo, tendo como consequência a industrialização desses alimentos e, com os muitos dividendos, geração de empregos e impostos.

Se para a maioria dos cristãos, terra é um presente de Deus para o sustento da família, para Fernando Henrique, que segundo consta, é ateu, as terras no Brasil precisam ter um banco para administrar o seu uso e, como qualquer banco, o cliente precisa ter um ca-

distro que mostre o seu patrimônio capaz de garantir o empréstimo que vai pegar no Banco da Terra.

O banco de FHC vai ter só R\$ 122 milhões destinados à compra de terra. Pela proposta, vai destinar R\$ 40 mil à cada família, a título de empréstimo, para pagamento em 20 anos, com as correções de mercado.

Isto cheira aqueles financiamentos da casa própria, que o mutuário paga 20 anos e o saldo devedor vale muito mais que a casa.

Para a coordena-

ção do MST no Brasil, não precisava nada disso, primeiro porque o valor é insuficiente e a dívida fica impagável e, segundo, porque o Brasil tem terras improdutivas, terras que estão produzindo maconha e que poderiam ser desapropriadas para reforma agrária.

E terceiro, e principalmente, porque se FHC arrumou 22 bilhões de dólares para socorrer muitos banqueiros com falência fraudulenta, o mais recente o Cacciola sozinho levou R\$ 1,6 bilhão, por que não consegue arrumar 6 bilhões de dólares para fazer uma reforma agrária decente no Brasil?

Para FHC, as terras no Brasil precisam ter um banco, para administrá-las...



Acampamento do MST em Mariluz: antes ociosa, hoje a terra da Fazenda São Luiz produz alimentos